BOLETIM CONTRICOM
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário

[

BOLETIM 1475

Brasília (DF), 29 de outubro de 2026



FETRACONSPAR CONVIDA

Redução da jornada: o papel do sindicato na transição EC 141/2026



A FETRACONSPAR, entidade filiada à CONTRICOM, promoverá nesta sexta-feira, por videoconferência, uma palestra com debates sobre a Emenda Constitucional 141/2026, recentemente promulgada, que extinguiu a jornada 6X1, com redução de jornada, sem alteração nos salários dos trabalhadores. A palestra ficará sob a responsabilidade do dr. Cristiano Brito Alves Meira, advogado especialista em Direito Coletivo e Sindical.



A discussão versará sobre o fim da escala 6x1, 5x2 com dois dias de repouso, 42h a partir de 16/12/2026 e 40h em 2027, e responderá à pergunta: qual o melhor caminho para os nossos instrumentos coletivos: convenção, acordo ou termo aditivo? Portanto, um tema de interesse direto das entidades sindicais, especialmente dos sindicatos e federações que promovem acordos e convenções coletivas de trabalho.

O presidente da CONTRICOM, Reinaldim Barboza Pereira (que preside também a FETRACONSPAR) disse que a sala da reunião estará disponível para todos os interessados da base de representação da Confederação em todo país: federações e sindicatos. A programação prevê informes iniciais a partir das 9h e debates com início às 10h30. Logo em seguida, às 11h30, haverá um período para deliberações e encaminhamentos e o encerramento está previsto para às 12h.

Reinaldim ***(foto no destaque)*** faz uma conclamação à todos os dirigentes sindicais: “por se tratar de uma matéria nova e uma importante vitória dos trabalhadores e do movimento sindical, importante a participação de todos para se orientarem de como proceder para melhor defender o interesse de seus representados nas mesas de negociação”.

O acesso à reunião poderá feito através do seguinte link (Zoom):

https://us06web.zoom.us/j/87207077783?pwd=2abmaT3KxEUozNd8eNiZF0eRJTQOhT.1

Fonte: FETRACONSPAR

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário
Endereço: SHCGN/CLN Quadra 710 Bloco H Loja 56 – Asa Norte – Brasília/DF CEP: 70.750-538
Fone: (61) 3037-3154 | Fax: (61) 3034-5128

BOLETIM CONTRICOM
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário

CONTRICOM NOS ESTADOS



Trabalhadores da construção civil têm palestra sobre violência doméstica em Cuiabá

O início da jornada de trabalho foi diferente para 190 profissionais da construção civil nesta segunda-feira (26). Em vez de começar o dia diretamente nas atividades da obra, eles participaram de uma conversa sobre respeito às mulheres e prevenção da violência doméstica e familiar.

A ação, intitulada "Respeito também se constrói", foi promovida pela Ouvidoria da Mulher do TRT de Mato Grosso (TRT/MT), em parceria com o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Cuiabá (MT). A informação foi encaminhada pelo presidente do sindicato, companheiro Joaquim Santana.

O encontro ocorreu no canteiro de obras do empreendimento Aughe, em Cuiabá, e contou com a palestra do juiz de Direito Jamilson Haddad Campos, que atua no enfrentamento à violência contra a mulher. O magistrado abordou a importância de reconhecer comportamentos violentos, combater atitudes que naturalizam a violência contra as mulheres e construir relações baseadas no respeito e na igualdade, tanto no ambiente familiar quanto no convívio social e profissional.

A desembargadora Eliney Veloso, Ouvidoria da Mulher do TRT, também conversou com os trabalhadores e ressaltou a importância das iniciativas de conscientização e prevenção da violência de gênero. "Com a ampliação do diálogo em diferentes segmentos da sociedade conseguimos aproximar o Poder Judiciário à realidade dos trabalhadores. Isso aumenta o alcance do trabalho de sensibilização", destacou.



STICOMBE Brasília no 3º Encontro do DF e Entorno sobre SST em transformação

O STICOMBE Brasília, através do presidente Raimundo Salvador ***(na foto acima falando á plenária)***, também dirigente da CONTRICOM, participou do 3º Encontro de Segurança e Saúde no Trabalho do Distrito Federal e Entorno, no CREA-DF.

O evento debateu temas que norteiam diretamente a atuação de profissionais, consultorias, empresas e instituições da área. A programação abordou, ainda, as responsabilidades jurídicas dos profissionais de SST, a atualização da NR-10, os riscos psicossociais relacionados ao trabalho e a atuação do Ministério do Trabalho, por meio da Fiscalização do Trabalho, do Ministério Público do Trabalho e do CREA diante de documentos técnicos deficientes.

A organização do encontro foi do CPR-DF, este ano coordenado pelo STICOMBE Brasília, junto com o GETRIN-10 e a Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), tendo apoio de várias entidades.

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário
Endereço: SHCGN/CLN Quadra 710 Bloco H Loja 56 – Asa Norte – Brasília/DF CEP: 70.750-538
Fone: (61) 3037-3154 | Fax: (61) 3034-5128

BOLETIM CONTRICOM
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário

[

Novo Congresso impõe desafios à governabilidade

Estudos do DIAP apontam que presidente reeleito dependerá de alianças com o Centrão e de negociações permanentes para aprovar projetos a partir de 2027

A reeleição histórica de Luiz Inácio Lula da Silva, no segundo turno das eleições presidenciais, realizado no domingo (25), abre um novo ciclo político marcado pela disputa pela governabilidade. Embora tenha conquistado mais quatro anos à frente do Executivo, o presidente enfrentará um Congresso Nacional mais conservador, com forte presença da oposição e maior dependência dos partidos de centro para aprovar sua agenda.

O cenário já havia sido antecipado pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) no estudo *Cenários de base de apoio no Congresso a partir de 2027*. Segundo a projeção, Lula poderá contar com apenas 124 deputados de apoio consistente, além de 246 parlamentares de apoio condicionado e 143 de oposição. No Senado, a situação é ainda mais delicada: 16 senadores de apoio consistente, 31 de apoio condicionado e 34 de oposição.

Os números mostram que a governabilidade dependerá de negociações permanentes. O governo precisará preservar sua base aliada e buscar apoio no Centrão, formado por partidos que não necessariamente acompanham o Executivo em todas as votações. A construção de maiorias ocorrerá, portanto, conforme os interesses das bancadas e o conteúdo de cada projeto.

Outro levantamento do DIAP, *Congresso fica mais conservador, mas bancada progressista resiste para 2027*, aponta o fortalecimento do PL, que terá 121 deputados e 28 senadores. A bancada progressista, por sua vez, elegeu 124 deputados, enquanto os partidos associados ao Centrão continuam ocupando posição estratégica na formação de maiorias.

A disputa pela governabilidade também envolverá o controle da pauta legislativa, o comando das comissões e a eleição dos presidentes da Câmara e do Senado, prevista para fevereiro de 2027. Esses espaços serão decisivos para definir quais propostas avançarão e em que condições serão negociadas.

O desafio será maior nas matérias que exigem quórum qualificado. Para aprovar emendas à Constituição, por exemplo, o governo precisará reunir pelo menos 308 votos na Câmara e 49 no Senado, em dois turnos em cada Casa. Sem maioria própria, dependerá de acordos mais amplos, inclusive com parlamentares de partidos que também integram a oposição em determinadas pautas.

O DIAP também identificou, no estudo *Direita e ultraconservadorismo têm maioria no Congresso*, o avanço da direita nas duas Casas. Na Câmara, esse campo passou de 248 deputados eleitos em 2022 para 260 em 2026. No Senado, cresceu de 32 para 48 parlamentares, ampliando sua influência sobre a agenda legislativa.

Para o movimento sindical, a nova correlação de forças exigirá acompanhamento permanente das negociações e votações, especialmente de propostas relacionadas aos direitos trabalhistas, ao serviço público e às políticas sociais.

As análises do DIAP indicam, portanto, que o principal desafio de Lula nos próximos quatro anos será transformar apoios condicionados em maiorias efetivas. Mais do que ampliar alianças, o governo terá de negociar continuamente com um Congresso fortalecido, no qual o Centrão e a oposição terão papel decisivo nos rumos da agenda legislativa.

Fonte: Diap

BOLETIM CONTRICOM
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário



Demissão por voto nas eleições é ilegal; saiba como denunciar

Após reeleição de Lula, parlamentares e pessoas que se dizem empresárias incentivam, pelas redes sociais, demissões de petistas. Prática discriminatória pode gerar indenização e reintegração ao emprego.

A reeleição de Lula (PT) provocou uma série de publicações nas redes sociais incentivando a demissão de funcionários por suas preferências políticas. A prática é ilegal: embora o empregador possa dispensar trabalhadores sem justa causa, não pode fazê-lo por sua escolha eleitoral. Quem sofrer discriminação pode recorrer à Justiça para pedir indenização e reintegração ao emprego.

Entre os autores das publicações estão pessoas que se apresentam como empresárias e a vereadora de Londrina (PR) e deputada estadual eleita Jessicão (PL). No X, ela escreveu: "Você tem uma empregada que é petista? DEMITA! Tem um funcionário que é petista? DEMITA!". Também recomendou romper relações com prestadores de serviços e amigos que apoiam o PT.

No Rio de Janeiro, a deputada estadual Índia Armelau (PL) comparilhou nas redes mensagem que sugeria que empresários verificassem as manifestações políticas dos empregados: "Empresário, olha a rede social do teu funcionário aí e confere se ele fez 'L'", dizia o texto que ainda questionava a manutenção de funcionários que "odeiam empresários". A publicação foi posteriormente apagada pela parlamentar. Reeleita, Índia Armelau foi a deputada estadual mais votada do Rio de Janeiro, com mais de 248 mil votos.

O Ministério Público do Trabalho (MPT) do Paraná abriu investigação sobre a manifestação de Jessicão por possível assédio eleitoral. O órgão ressalta que represálias motivadas por escolhas políticas podem ser denunciadas mesmo depois das eleições.

O que diz a lei? - A Constituição garante a liberdade de convicção política, enquanto a Lei 9.029/1995 proíbe práticas discriminatórias nas relações de trabalho. Isso significa que o empresário pode ter suas preferências eleitorais e manifestá-las, mas não usar sua autoridade para constranger, ameaçar ou punir funcionários por suas escolhas políticas.

Se a Justiça reconhecer que a demissão foi discriminatória, o trabalhador poderá pedir indenização por danos morais e escolher entre duas alternativas:

- Voltar ao emprego, com recebimento dos salários e demais remunerações devidas pelo período de afastamento.
- Receber em dobro a remuneração correspondente ao período de afastamento, com correção monetária e juros legais.

A empresa também pode sofrer sanções administrativas e responder por danos morais coletivos, conforme as circunstâncias.

Fonte: Congresso em Foco

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário
Endereço: SHCGN/CLN Quadra 710 Bloco H Loja 56 – Asa Norte – Brasília/DF CEP: 70.750-538
Fone: (61) 3037-3154 | Fax: (61) 3034-5128

BOLETIM CONTRICOM
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário

[

Veja o que Lula pode mudar nas leis trabalhistas em seu quarto governo

Por Cristiane Gercina

O quarto mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), reeleito neste domingo (25), poderá ter alterações na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas) após apoiar o fim da escala 6×1.

As mudanças em regras trabalhistas já estavam previstas no plano de governo do petista, sem haver detalhamento, e a ideia agora é debater as possível alterações para enviar legislações ao Congresso.

Entre os pontos que podem ser alterados estão o combate ao que se chamou de terceirização e pejotização fraudulenta, além de uma tentativa de fortalecimento dos sindicatos, que ganham importância com as negociações coletivas previstas na implantação da escala 5×2, com dois dias de descanso semanal remunerado, e redução de jornada de 44 horas semanais para 42 horas a partir de dezembro.

"Vamos aprimorar a legislação trabalhista, alterando regras que induzem à precarização das condições de trabalho, os marcos regressivos contidos na legislação, as fraudes presentes em muitas terceirizações, e retomando assistência sindical nas homologações de rescisão do contrato de trabalho", diz o programa de governo.

Segundo o sociólogo Clemente Ganz Lúcio, coordenador do Fórum das Centrais Sindicais e um dos coordenadores do plano de governo de Lula na área econômica, não houve um debate operacional do que seria feito, mas há "claramente uma intenção de enfrentar esses problemas".

"O presidente manifesta isso, todos nós que trabalhamos indicamos essa necessidade, e as ruas têm mostrado que algo precisa ser feito", diz Ganz Lúcio, ex-presidente do Dieese.

Lúcio diz que será necessário transformar as propostas em medidas concretas, em um cenário que deve exigir maior atuação dos sindicatos e fortalecimento da negociação coletiva, em especial com o fim da escala 6×1 e a implantação da escala 5×2 e a redução da jornada de trabalho de 44 horas semanais, hoje, para 40 horas semanais em dezembro de 2027.

Um dos principais desafios é o que ele chamou de pejotização fraudulenta, quando as empresas contratam trabalhadores como pessoas jurídicas, embora a relação de trabalho tenha características de emprego assalariado. De acordo com ele, será preciso regulamentar de alguma forma esse tipo de contratação.

"Se quer fazer um contrato PJ, que faça, mas esse trabalhador precisa ter direitos, como 13º, licença-maternidade e férias", afirma.

O sociólogo diz ainda que será preciso combater a terceirização irregular, tanto no setor público quanto no privado, incluindo situações em que há mudanças de CNPJ, mas os trabalhadores continuam exercendo as mesmas funções.

Lúcio afirma também que o enfrentamento dessas práticas exigirá encontrar caminhos jurídicos capazes de proteger os trabalhadores sem impedir a adoção desses modelos de contratação. Para ele, relações de trabalho que não sigam o formato tradicional conhecido hoje também podem assegurar direitos equivalentes, desde que haja algum tipo de garantia efetiva.

Ele acredita que não será fácil, mas que o presidente Lula e o governo precisam ouvir as ruas, com o apoio que a campanha recebeu neste segundo turno.

O sociólogo também aponta a necessidade de discutir mudanças mais amplas no financiamento da Previdência Social. Na avaliação dele, o debate

BOLETIM CONTRICOM
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário

sobre as relações de trabalho pode abrir espaço para repensar o sistema de contribuição previdenciária diante de formas de contratação que não se enquadram no modelo clássico de emprego.

CENTRAIS SINDICAIS - Em nota divulgada após vitória de Lula, as centrais sindicais agradecem ao presidente reeleito, reconhecem que a reeleição só foi possível por conta de uma união de forças que contou com a presença de jovens nas ruas e nas redes, além de idosos que se dispuseram a votar, mesmo sem ser obrigados.

O manifesto afirma que o governo tem agora "a responsabilidade de transformar a esperança renovada em novas realizações", e citam um série de áreas que precisam de ações, segundo os sindicalistas.

As entidades defendem que a mobilização continue após as eleições e se transforme em participação política permanente, e apontam como prioridade para o próxio mandato crescimento econômico com distribuição de renda, criação de empregos, aumento dos salários, redução da jornada de trabalho, combate às desigualdades e a ampliação das oportunidades para os jovens.

"Nenhum governo realizará sozinho essas transformações. A força que vimos nas ruas precisa continuar presente na sociedade e ocupar espaço no governo." Dizem também que Lula já ajudou a "plantar" sonhos dos quais a sociedade não quer mais abrir mão.

"Durante décadas, Lula ajudou a demonstrar que sonhos coletivos podem se transformar em realidade: sonhos em organização, organização em luta, luta em políticas públicas, políticas públicas em direitos e direitos em transformação concreta da vida de milhões de brasileiros." Também afirmam que é necessário enfrentar as mudanças climáticas e tecnológicas.

Fonte: ICL Noticias

Xi Jinping parabeniza Lula e propõe acelerar parceria estratégica China-Brasil

Segundo o líder chinês, a cooperação ganhou maior relevância global, estratégica e de longo prazo, tornando-se um "exemplo de solidariedade e cooperação entre os países do Sul Global".

O presidente da China, Xi Jinping, enviou nesta terça-feira, 27, uma mensagem ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, para parabenizá-lo pela reeleição e defender o aprofundamento da parceria estratégica entre os dois países, segundo comunicado divulgado pelo governo chinês. Xi destacou as contribuições de Lula para o desenvolvimento das relações bilaterais e afirmou que ambos mantiveram comunicação estreita nos últimos anos.

Segundo o líder chinês, a cooperação ganhou maior relevância global, estratégica e de longo prazo, tornando-se um "exemplo de solidariedade e cooperação entre os países do Sul Global".

O presidente chinês disse ainda que pretende trabalhar com Lula para elevar a novos patamares a construção de uma "comunidade de futuro compartilhado China-Brasil" e ampliar a cooperação estratégica abrangente, em benefício das populações dos dois países.

Pequim já havia reconhecido o resultado da eleição brasileira na segunda-feira. Na ocasião, o porta-voz da chancelaria, Guo Jiakun, afirmou que a China respeita a "escolha do povo brasileiro", ao ser questionado sobre a contestação do resultado por Flávio Bolsonaro (PL), adversário de Lula.

O vice-presidente chinês, Han Zheng, também enviou mensagem de congratulações ao vice-presidente reeleito Geraldo Alckmin.

Fonte: Estadão Conteúdo

BOLETIM CONTRICOM
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário

Ganhos reais nos salários avançam e devem superar 25

Levantamento do Dieese aponta crescimento dos ganhos reais em 2026 e destaca a campanha salarial dos metalúrgicos da Força Sindical

O crescimento dos reajustes salariais acima da inflação deve continuar em 2026, superando os resultados registrados no ano passado, segundo levantamento divulgado pelo Dieese.

Além disso, os dados mostram estabilidade nas negociações coletivas, com resultados positivos para trabalhadores de diferentes categorias, fortalecendo o poder de compra dos salários.

Segundo o boletim De Olho nas Negociações, do Dieese – Edição nº 73, os reajustes acima da inflação alcançaram 83,1% em julho, 90,1% em agosto e 84,7% em setembro.

O levantamento considera acordos e convenções coletivas registrados no Sistema Mediador do Ministério do Trabalho e Emprego, além dos aditamentos negociados entre as partes.

Luís Ribeiro, técnico do Dieese e coordenador dos levantamentos, destaca a estabilidade econômica e demonstra otimismo quanto à continuidade dos resultados positivos nas próximas negociações salariais.

"Não vejo motivos pra esse quadro mudar nos próximos três meses. Até porque novembro, por exemplo, é a data-base dos metalúrgicos do Estado de São Paulo, categoria que geralmente fecha a campanha com ganho real".

Economia aquecida favorece reajustes - De acordo com Ribeiro, aproximadamente 85% das negociações salariais devem garantir aumentos reais em 2026, percentual que poderá superar os resultados registrados durante o ano anterior.



Além disso, o crescimento do Produto Interno Bruto, o aquecimento do mercado interno e o desempenho da **construção civil** contribuem para sustentar as perspectivas positivas atuais.

Exportações brasileiras apresentam crescimento - Enquanto isso, as exportações brasileiras cresceram 9,3% no terceiro trimestre de 2026, alcançando US$ 100,73 bilhões, conforme os indicadores econômicos apresentados na reportagem da Agência Sindical.

Bets e consumo interno - Por outro lado, uma entidade ligada ao setor supermercadista identificou crescimento nas vendas e relacionou esse movimento à proibição das apostas esportivas, conhecidas como bets.

Segundo essa avaliação, recursos anteriormente destinados às apostas estariam retornando ao consumo das famílias, embora a relação apresentada ainda dependa de comprovação por estudos econômicos.

Fonte: Rádio Peão Brasil

BOLETIM CONTRICOM
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário

Governo alerta para notícias falsas sobre escala 6x1 e benefícios sociais

O Governo Federal alertou para a circulação de informações falsas no período pós-eleitoral sobre um suposto recuo no fim da escala 6x1 e possíveis cortes no Bolsa Família e no Gás do Povo.

Segundo o Executivo, a mudança constitucional que ampliou o descanso semanal dos trabalhadores permanece sem alterações, enquanto os dois programas sociais continuam funcionando normalmente, sem suspensão de pagamentos ou redução de benefícios.

O alerta ocorre após publicações nas redes sociais afirmarem que, encerrada a eleição, o governo teria mudado de posição sobre algumas das medidas defendidas durante o período eleitoral.

"É falsa a afirmação de que, após as eleições, o governo recuou do fim da escala 6x1 e passou a preparar exclusões de categorias de trabalhadores. Não há nenhuma proposta que retire direitos em discussão no governo."

Em relação à escala 6x1, o governo afirma ser falsa a informação de que estaria preparando exclusões de categorias profissionais. A Emenda Constitucional nº 141 continua assegurando dois dias de repouso semanal remunerado, sem redução salarial, embora permita diferentes formas de distribuição das folgas e regimes específicos previstos na própria norma.

O governo também negou cortes no Bolsa Família. O programa segue funcionando normalmente e, em outubro, teve reajuste de 15,04%, fazendo o benefício mínimo por família passar de R$ 600 para R$ 691. Também não houve corte no Gás do Povo, segundo o Executivo.

Economista aponta ganhos da 6×1

A Agência Sindical entrevistou o economista Pedro Afonso Gomes, que atua no BNDES e integra o Conselho Federal de Economia (Cofecon). Ex-funcionário do Banco do Brasil, Pedro Afonso também é perito contábil, especialista na recuperação de empresas. Ele falou do fim da escala 6×1, da redução da jornada pra 40 horas e de outros avanços.

6×1 – "A Emenda à Constituição teve a cautela de assegurar um período de transição de 60 dias, ou seja, até 17 de dezembro do corrente. Período para que as empresas se adaptem e os Sindicatos possam atuar".

Empregos – "Sem dúvida, um dos objetivos do fim da 6×1 foi abrir novas vagas de trabalho, observando-se o porte da empresa ou seu setor de atuação".

Empresa – "Caberá à empregadora buscar formas de adaptação e encontrar novas maneiras de contratação, observando-se as 2 folgas semanais do empregado e o salário, que não pode ser reduzido".

Duas folgas – "Cada pessoa utilizará esse dia da forma que lhe for mais favorável".

Folguista – "A depender do setor, a empresa contratará folguista para suprir a ausência do trabalhador com uma folga a mais. Em muitas bases sindicais, vai ser levado em conta o que estabelece a Convenção Coletiva da categoria".

40 horas – "Para caber 44 horas numa jornada de segunda a sexta, o empregado terá que, de segunda a sexta, ou seja, em cinco dias, trabalhar 8 horas e 48 minutos".

Família – "Um dia a mais de folga beneficia o trabalhador e a família, com mais tempo para a convivência, cuidar dos filhos, zelar pela educação e tratar de assuntos domésticos.

Fonte: Agência Sindical

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário
Endereço: SHCGN/CLN Quadra 710 Bloco H Loja 56 – Asa Norte – Brasília/DF CEP: 70.750-538
Fone: (61) 3037-3154 | Fax: (61) 3034-5128

BOLETIM CONTRICOM
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário

[



Brasília recebe 1º Simpósio de Relações Trabalhistas e Sindicais

Brasília recebe, nos dias 12 e 13 de novembro, o 1º Simpósio de Relações Trabalhistas e Sindicais, no Instituto Consenso. Especialistas, representantes do setor produtivo, profissionais do Direito e dirigentes sindicais estarão reunidos para discutir os principais desafios e perspectivas das relações de trabalho no Brasil. O evento é promovido pelo Instituto Consenso, a CNSaúde e a Academia Brasileira de Direito do Trabalho.

A programação aborda temas que estão no centro das discussões trabalhistas, como negociação coletiva, redução da jornada, regimes especiais de trabalho, terceirização, pejotização e os impactos de decisões do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal Superior do Trabalho.

No segundo dia, o foco será saúde e segurança no trabalho, com debates sobre insalubridade, riscos psicossociais, saúde mental, absenteísmo, afastamentos previdenciários e gestão do retorno ao trabalho.

O evento será encerrado com uma conferência sobre o futuro das relações de trabalho, com discussões sobre sustentabilidade, proteção social, inovação e segurança jurídica.

Fonte: Consultor Jurídico

TST debaterá combate ao racismo nas relações de trabalho

Como promover ações afirmativas e combater racismo nas relações de trabalho? Esta será uma das questões que a sociedade poderá responder em audiência pública no TST, no dia 3 de novembro, das 9h30 às 12h30. A audiência trata da implementação da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância nas relações de trabalho e será transmitido ao vivo pelo canal oficial do TST no YouTube.

Estarão em foco os artigos 5º a 9º da Convenção e buscará contribuir para o fortalecimento de ações afirmativas, o engajamento da iniciativa privada no enfrentamento ao racismo e a formulação de recomendações técnicas para o sistema de justiça.

Promovida pelo Programa de Equidade do TST, em parceria com a EDUCAFRO Brasil, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e o Ministério Público do Trabalho (MPT), a audiência reunirá especialistas, magistrados, advogados e representantes da sociedade civil.

BOLETIM CONTRICOM

Presidente
REINALDIM BARBOZA PEREIRA
Secretário Geral
EVILÁSIO DE DEUS LOPES
Secretário de Finanças
ALTAMIRO PERDONÁ
Secretário para Assuntos de Comunicação
WILSON GERALDO SALES DA SILVA
Redação e Edição
MAC CONSULTORIA E COMUNICAÇÃO

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário
Endereço: SHCGN/CLN Quadra 710 Bloco H Loja 56 – Asa Norte – Brasília/DF CEP: 70.750-538
Fone: (61) 3037-3154 | Fax: (61) 3034-5128